



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0178866-3

077

COMARCA: Toritama – Vara Única
APELANTE : Romildo Aleixo da Silva
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA: Dra. Maria Francisca Mendonça Silva
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Des^a Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. DESCLASSIFICAÇÃO DE LATROCÍNIO PARA HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONJUNTO PROBATÓRIO NÃO É INTEIRAMENTE CONTRÁRIO À TESE DA DEFESA. DELITO CONTRA A VIDA COMPROVADO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ART. 5º, XXXVIII, CF).

I – O latrocínio (roubo seguido de morte) é um crime complexo, que exige, para sua consumação, além do **animus necandi**, o **animus FURANDI** (intenção de furtar, subtrair) **anterior**, ou seja, preexistente à conduta do agente.

II – Ante a ausência de provas de que o acusado pretendia roubar a vítima ou garantir a consumação do delito contra o patrimônio com a morte do ofendido, impõe-se a Pronúncia, nos termos do art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal.

III- Apelo parcialmente provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0178866-3**, no qual figura como parte a acima nomeada. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em dar **provimento parcial ao recurso**, pronunciando o Apelante, a fim de ser **submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 22 de 12 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0178866-3

078

COMARCA:

Toritama – Vara Única

APELANTE :

Romildo Aleixo da Silva

APELADO:

Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA:

Dra. Maria Francisca Mendonça Silva

RELATOR:

Des. Nivaldo Mulatinho Filho

REVISORA:

Des^a Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Trata-se de *Apelação Criminal* interposta por **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, qualificado às fls. 02, contra sentença monocrática proferida pelo juízo *a quo* que julgou procedente a denúncia feita pelo Ministério Público, condenando-o às penas do art. 157, §3º, do Código Penal (Latrocínio).

Narra a inicial acusatória (fls.02/04) que no dia 31/07/2007, por volta das 22h30, na rua Alto da Saudade, nº 54, Bairro Independente, Toritama - PE, o denunciado **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, fazendo uso de arma de fogo, efetuou disparos contra a vítima **WELLINGTON JOSÉ DA SILVA**, causando-lhe a morte, conforme Laudo de Perícia Tanatoscópica (fls. 85/85v).

Sustenta ainda que o acusado e a vítima eram colegas, sendo que no dia do fato o denunciado foi até a casa da vítima **WELLINGTON JOSÉ DA SILVA**, o qual estava dormindo em seu quarto, quando o acusado exigiu que a vítima lhe desse cem reais em dinheiro. Diante da recusa da vítima, o denunciado desferiu-lhe um disparo na cabeça.

Ao final, a peça acusatória ressalta que o acusado evadiu-se do local e jogou a arma em um matagal. Consta ainda nos autos que a vítima estava economizando dinheiro para comprar uma motocicleta.

Anexos à peça ministerial, vieram os documentos de fls.05/65.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

308
f
079

As fls. 66, consta decisão do juízo singular homologando a prisão em flagrante do acusado **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, nos termos dos arts. 302, 304 e 306, todos do Código de Processo Penal.

Em 31/08/2007 foi recebida a Denúncia, em todos os seus termos, sendo designado no mesmo ato o interrogatório do acusado para o dia 14/09/2007 (fls. 67).

Alegações Finais oferecidas pela Promotoria (fls. 204/206) e pela Defesa (fls. 207/209).

O presente processo teve seu curso normal e, em 05/06/2008, a Togada monocrática acolheu a Denúncia oferecida pelo Ministério Público, condenando o acusado **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, como incurso às penas do delito do art. 157, §3º, do Código Penal, fixando a pena-base em **20 (vinte) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 70 (setenta) dias-multa**, cujo valor unitário é de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos (art. 49, § 1º, CP), devendo a pena privativa de liberdade ser cumprida em regime **inicialmente** fechado (fls. 220/227).

A custódia cautelar do acusado foi mantida até o final da Instrução, sendo que a Sentença Condenatória ressalta que *"tendo em vista o fato do réu ter permanecido em cárcere ao longo do processo, por não fazer jus à liberdade provisória, deixo de conceder-lhe o direito de apelar em liberdade, à luz do art. 594 do CPP."* (fls. 226).

Irresignado com o Decreto Condenatório, o acusado interpôs o presente recurso de apelação, tempestivamente, às fls. 230/231, e apresentou as razões de apelo às fls. 232/252, requerendo, a reforma da sentença, para que seja julgada improcedente a ação penal, e para que ele Apelante possa em liberdade responder pela acusação. E ainda a desclassificação do delito para **homicídio simples** (art. 121, *caput*, do Código Penal), face à ausência de provas que indiquem o latrocínio.

No 1º grau, em suas Contrarrazões, o Ministério Público (fls. 283/287) alega que *"os elementos de prova trazidos a cotejo neste corpo probatório, realmente revelaram a certeza da autoria atribuída ao acusado [...] analisando a sentença condenatória sob o prisma da legislação penal brasileira, sendo abrangidos por esta os direitos do condenado, como a*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

302
J
080

consideração de sua primariedade, personalidade e conduta social, não há qualquer nulidade de possa prejudicar a sua confirmação”, pugnando pelo improvimento do recurso e a confirmação da referida sentença in totum.

Nesta Instância, a douta Procuradora de Justiça, a Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, argumenta que “no crivo desta Procuradoria não é válido o que pretende o recorrente, nem sua defesa, nem o Órgão Ministerial, nem tão pouco a sentença. A ação penal versa sobre homicídio qualificado por motivo fútil, devendo os autos voltar a comarca de origem para pronúncia do apelante, afim de que seja julgado por homicídio qualificado pelo Tribunal do Júri, pois há fragilidade de prova para capitulação do art. 157, parágrafo 3º do Código Penal.” (fls. 296/297).

É o relatório.

Recife/PE, 03 de julho de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



081

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0178866-3

COMARCA: Toritama -- Vara Única
APELANTE : Romildo Aleixo da Silva
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA: Dra. Maria Francisca Mendonça Silva
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Des^a Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *Apelação Criminal* interposta contra sentença prolatada pelo juízo singular que condenou o apelante como incurso nas penas do art. 157, §3º, do Código Penal.

Em síntese, sustenta a Defesa, em suas razões recursais, que o apelante **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, em face da ausência de provas reais, deve ter afastada a hipótese de roubo contra ele, prevalecendo a denúncia de homicídio em seu desfavor, **como réu confesso que foi**, na Instrução, para que seja afastada a equivocada pretensão acusatória, condenando-o na justa medida do crime que de fato cometeu, respondendo na medida de sua culpabilidade (fls. 230/252).

Neste ponto, as Razões do Recurso repetem os argumentos das Alegações Finais, das quais transcrevo trechos da parte final:

*"Por fim, como ninguém teria presenciado o exato momento do tiro, **Romildo poderia descaradamente negar que atirou**, ou mesmo, se estivesse ali para roubar, presumivelmente com a arma cheia de balas, atiraria também na irmã da vítima, para que ela não desse com a língua nos dentes. Na verdade, a maior prova constante nos autos foi trazida pelo próprio autor do fato, quando, tanto na esfera policial, fls. 23, e 87/89, quanto, em juízo, espontaneamente, **assumiu ter atirado na vítima, e isso realmente aconteceu**, revelando não só a certeza da autoria, bem como as*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



082

circunstâncias do homicídio cometido, portanto merecendo responder pela morte da vítima perante a justiça" (fls. 209, grifos nossos).

Note-se que a hipótese de **homicídio culposo** não ficou expressa nas Alegações Finais (fls. 207/209), ou, mesmo, nas Razões do presente Apelo (fls. 232/252).

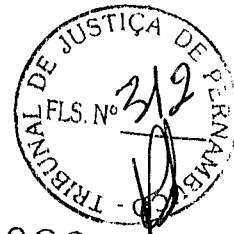
Os argumentos trazidos pela Defesa, nas suas Razões, merecem acolhimento, como veremos, no que diz respeito a não configuração do latrocínio.

A materialidade do delito contra a vida encontra-se sobejamente comprovada através da Perícia Tanatoscópica (fls. 85/85v). Com relação à autoria do crime, verifico que o acusado, em seu interrogatório (fls. 87/89), afirma que os fatos narrados na denúncia são verdadeiros em parte, confessando que o disparo de arma de fogo teria sido **acidental**, conforme segue:

"Que conhecia a vítima e era amigo dela; [...] Que é verdadeira, em parte, a imputação que lhe é feita nestes autos; que realmente no dia e hora narrados na denúncia, o interrogando foi até a casa da vítima buscar um revólver calibre 22 que havia deixado em poder desta; que o quarto da vítima não tinha lâmpada, apenas luz que ali entrava era a do televisor; que a vítima pegou o revólver e, em tom de brincadeira, acionou o gatilho por três vezes na direção dele interrogando; que o interrogando não sabia que a arma estava municiada; que pegou a arma da mão da vítima e, em tom de brincadeira, apontou-a na direção da vítima, pensando que a arma estava descarregada; que, ao acionar o gatilho, a arma disparou e o projétil atingiu a vítima, na cabeça; que o interrogando ficou assustado, quando viu que atingira com um disparo a cabeça da vítima, por isso saiu correndo e foi embrenhar-se nos matos; [...] que não pediu a importância de cem reais à pessoa da vítima; [...] que quando ocorreu o fato narrado na denúncia, já fazia oito dias que a arma do interrogando encontrava-se em poder da vítima; Que ao entregar dita arma à vítima, esta se encontrava municiada com duas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



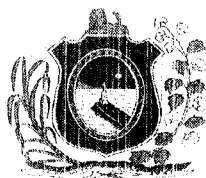
083

munhões; que no momento em que o interrogando chegou à casa da vítima esta estava acordada; que a vítima ao atender ao chamado do interrogando, levantou-se, abriu a porta e ficaram ambos conversando na cama”.

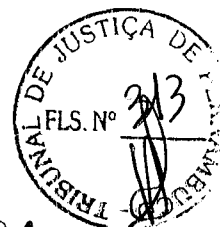
As principais testemunhas arroladas pelo Ministério Público, apresentam as seguintes narrativas sobre os fatos:

“Que não presenciou o crime; **Que no dia e hora narrados na denúncia, a informante se encontrava no interior de sua residência**, descansando; Que o quarto que a vítima dormia fica anexo em que estava a informante descansando; que a informante não estava dormindo; **que a vítima já estava dormindo; que a porta do quarto da vítima estava apenas encostada e fica para o lado externo da casa**; que a informante ouviu uma voz no quarto da vítima dizer: “E os cem reais?”; que, incontinenti, a informante ouviu um estampido de disparo de arma de fogo; [...] **que o acusado costumava frequentar a casa da informante; que o acusado era amigo da vítima**; que a porta do quarto da vítima estava apenas encostada e esta dormia quando o acusado efetuou o disparo contra ela. [...] **Que mais de uma vez a informante ouviu a vítima dizer na presença do acusado, que estava economizando um dinheiro para comprar uma moto; que a informante e seus familiares não sabem onde a vítima guardava esse dinheiro, porquanto após a morte desta não encontraram o dinheiro pertencente à vítima em lugar nenhum; [...]**” – informante JOSEFA MARIA DA SILVA (mãe da vítima), fls. 105/106.

“Que no dia narrado na denúncia, por volta das 22h00, a declarante encontrava-se em casa, quando ali chegou o acusado aqui presente perguntando por Wellington, a vítima; [...] que a informante ouviu quando o acusado bateu na porta do quarto da vítima; que dita porta fica do lado de fora da casa; que a informante baixou o volume do televisor e saiu para a frente da casa; **que lá ouviu Romildo dizer o seguinte para a vítima: “Linton, me dê os cem reais!”**; que a informante ouviu quando a vítima respondeu que não tinha cem reais,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



084

porém apenas um trocado; que, **imediatamente**, a **informante** ouviu um estampido de disparo de arma de fogo vindo do interior do quarto da vítima; [...] que a amizade entre o acusado e a vítima era tanta, a ponto de muitas vezes a vítima emprestar camisas, shorts ao acusado; que dois dias antes da morte da vítima, a informante presenciou na casa do irmão desta quando o acusado pediu emprestado à vítima a importância de duzentos reais, dizendo que **se não tivesse duzentos, cem serviria**; que a vítima disse que estava atravessando por situação financeira difícil e mal dava para ajudar a mãe a fazer feira; [...] - informante GILIARA MARIA SILVA (irmã da vítima), fls. 106/107.

“Que não presenciou a ocorrência do fato delituoso; que no dia e hora de que trata a denúncia, o depoente, que é vizinho da casa onde morava a vítima, estava assistindo televisão e ouviu um estampido de disparo de arma de fogo na direção da casa da vítima; [...] **que o acusado era amigo da vítima; que a vítima chegou a dizer ao depoente que estava economizando dinheiro para comprar uma moto; [...]**” – testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei, JOSÉ NILTON DA SILVA, fls. 109.

Faz-se necessário, para uma melhor idéia do conjunto probatório, conhecer os depoimentos das testemunhas de Defesa, a seguir transcritos parcialmente:

“Que não presenciou a ocorrência do fato delituoso na denúncia; **Que a depoente tomou conhecimento de que o acusado estava com a arma, julgando que esta estivesse desmuniada, e esta disparou e atingiu a vítima**; Que a depoente conhece o acusado desde quando este era criança e nunca ouviu falar que ele estivesse envolvido em algum crime; Que a depoente não sabe dizer se à época em que ocorreu o acontecimento, o acusado trabalhava numa facção.” - testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei, MARIA EDILEUZA DOS SANTOS SILVA, fls. 122/123.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



085

"Que a depoente ficou bastante chocada ao tomar conhecimento da morte da vítima e em ser apontado o acusado como sendo o autor; **Que sabe informar de ciência própria que o acusado e a vítima eram bastante amigos; Que acusado e vítima sempre andavam juntos;** Que a depoente não sabe dizer em que circunstâncias ocorreu a morte da vítima; [...]" - testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei, CARMELITA JOANA DA SILVA, fls. 123.

"Que não presenciou a ocorrência do fato delituoso de que trata os autos; Que o acusado e a vítima eram amicíssimos; **Que ouviu falar que a morte da vítima ocorreu acidentalmente; Que não sabe dizer como ocorreu o acidente que resultou a morte da vítima; que o depoente conhece o acusado há muito tempo e também conhecia a vítima; que ambos eram amigos e se davam bem;** [...]" - testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei, JOSÉ GILSON DA SILVA, fls. 124.

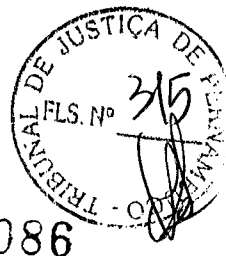
Verifica-se que a alegação de homicídio accidental (culposo) do ora apelante, **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, não restou plenamente corroborada no conjunto probatório colhido nos autos, especialmente diante dos depoimentos acima referidos.

Diante dos fatos apresentados, a douta Procuradoria de Justiça, ofertou parecer às fls. 296/297, argumentando que "(...) *verifica esta Procuradoria que a prova dos autos estão em parte divorciadas da sentença de condenação, porque não há prova material do dinheiro subtraído e que para isto agisse o réu provocando a morte da vítima, não suprindo tais fatos as declarações de fls. 46/51 de parentes da própria vítima, sendo necessário que houvesse um laudo de avaliação do dinheiro subtraído pelo recorrente*", ou seja, constata-se que não existem provas materiais da existência do dinheiro, que seria objeto do roubo. Nem da vontade do acusado em subtraí-lo, requisitos essenciais para a caracterização do crime patrimonial.

O latrocínio (roubo seguido de morte) é um crime complexo, que exige, para sua consumação, além do **animus necandi**, o **animus FURANDI** (intenção de furtar, subtrair) **antecedente**, ou seja, preexistente à conduta do agente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Ora, se não está devidamente demonstrado que o acusado, ora Apelante, matou a vítima com a **finalidade específica** de ofender o seu patrimônio, não há como manter a condenação pelo delito de latrocínio.

In casu, não restou caracterizado o tipo penal expresso na Denúncia, pois faltam elementos probatórios que indiquem o propósito do réu ter sido matar para realizar um roubo, que não se consumou, ou para assegurar a impunidade do mesmo delito patrimonial.

Nesse sentido, seguem entendimentos jurisprudenciais:

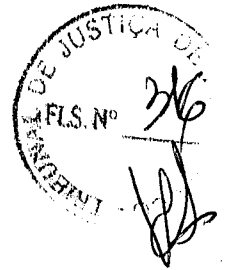
“TRF da 1ª Região: (...) Inexistem nos autos elementos suficientes que comprovem o propósito dos réus de matar a vítima para fim de roubar-lhe a aeronave de que era proprietário. **Os elementos de prova constantes nos autos indicam a intenção dos réus de causar a morte da vítima, embora os motivos de tal conduta não tenham restado claramente demonstrados.** Possibilidade de desclassificação da conduta dos réus, para enquadrá-los como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, do CP. Tratando-se de crime contra a vida, os agentes devem ser submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. Incidência do art. 5º, XXXVIII, d, da CF” (RT 806/664).

“TJPB: (...) **Para configuração do delito de latrocínio, imprescindível a existência inequívoca de desiderato de efetivar o roubo, ou de assegurar o seu sucesso ou impunidade, como móvel principal da provocação do resultado morte pelos agentes,** afastando-se a hipótese de sua ocorrência quando a prova dos autos não retratar com clareza a presença do elemento subjetivo do tipo, em nome do princípio do *favor rei*” (RT 787/681).

Ressalta, ainda, a Procuradoria de Justiça que não há como configurar o crime culposos, de acordo com a versão apresentada pelo apelante. A própria Denúncia aponta que o assassinato se deu porque a vítima WELLINGTON JOSÉ DA SILVA se negou a emprestar R\$ 100,00 (cem reais) ao acusado, ora Apelante. A recusa teria motivado ROMILDO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



087

ALEIXO DA SILVA a disparar um tiro na cabeça da vítima, podendo-se, assim, configurar a qualificadora do motivo fútil para o homicídio (art. 121, §2º, II, do CP).

Além do mais, infere-se dos autos que a vítima foi assassinada em sua residência, exatamente em seu quarto, quando se recolhia para dormir, conforme depoimentos colhidos em Juízo, o que pode configurar mais uma qualificadora, tendo-se em conta que a defesa do ofendido ficou dificultada ou tornou-se impossível diante da conduta do agente (art. 121, §2º, IV, do CP).

O que é inequívoco, no caso dos autos, é a morte da vítima **WELLINGTON JOSÉ DA SILVA**, conforme Laudo de Perícia Tanatoscópica (fls. 85/85v), devendo o Conselho de Sentença analisar, com as provas colhidas em Plenário, quais as reais motivações do acusado, ora Apelante.

Com bem ressaltou a Procuradoria de Justiça (fls. 297), **“não há prova material do dinheiro subtraído”**, ou melhor, não há certeza da vítima possuir algum dinheiro guardado, pois em todos os depoimentos prestados pelos parentes, vizinhos ou amigos da vítima (fls. 106, 107 e 109), afirma-se que, mais de uma vez, a vítima chegou a dizer, na presença do acusado, *“que estava economizando um dinheiro para comprar uma moto”*. De qualquer forma, nenhuma testemunha afirma ter realmente visto o dinheiro da vítima, apenas ouviu falar de sua possível existência.

Por outro lado, a irmã da vítima, GILIARA MARIA DA SILVA, em seu depoimento às fls. 107, diz que *“a vítima disse que estava atravessando por situação financeira difícil e mal dava para ajudar a mãe a fazer a feira”*, ou seja, constata-se que, se a vítima estava passando por dificuldades, fica mais distante a tese de que estava juntando dinheiro para comprar uma moto.

Assim, a prova da materialidade do homicídio e os elementos probatórios mais que suficientes da autoria delitiva devem conduzir, necessariamente, à decisão de Pronúncia, posto que eventual dúvida neste tópico, **inclusive sobre a própria natureza do delito cometido**, deve ser dirimida em prol da sociedade, implicando a submissão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



088

do acusado, ora Apelante, ROMILDO ALEIXO DA SILVA, ao julgamento por seus pares, no Tribunal do Júri.

As qualificadoras relativas ao motivo fútil e à utilização de recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima devem ser mantidas, para que o Conselho de Sentença, de forma soberana e em atendimento aos preceitos constitucionais, as aprecie, na amplitude do conjunto probatório já angariado nos autos e, ainda, nos debates de Plenário, proferindo o julgamento definitivo.

Neste momento, somente as qualificadoras manifestamente impertinentes, ou totalmente divorciadas das provas processuais, é que poderiam ser afastadas, situações que não se fazem presentes no caso concreto.

A hipótese dos autos, no sentido da desclassificação, é o do art. 383 do CPP, em sua atual redação, uma vez que a descrição do fato, contida na Denúncia de fls. 02/03, não precisa ser modificada para a atribuição da nova definição jurídica, ou seja, a de homicídio duplamente qualificado.

Com a desclassificação, a competência constitucional é delegada privativamente ao Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal), impondo-se a reforma da Sentença condenatória de fls. 220/227, assinada no dia 05/06/2008, devendo os presentes autos serem remetidos, com a Pronúncia, para o mesmo Juízo da Comarca de Toritama, **que é Vara Única**, e, logo, competente para o julgamento referido.

Pelo exposto, nos termos do art. 383 do Código de Processo Penal, **desclassifico o delito**, reformando a Sentença condenatória de fls. 220/227, **para PRONUNCIAR, com base no art. 413 do CPP, ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 121, §2º, II (motivo fútil) e IV (utilização de recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima) do Código Penal, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Toritama.

O acusado, ora Apelante, permaneceu preso ao longo de todo o Processo (fls. 226), devendo permanecer sob custódia até o novo julgamento, a ser feito pelo Tribunal do Júri.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

089

Assim, o meu voto é pelo provimento parcial do Apelo,
nos termos acima referidos.

É como voto.

Recife/PE, 22 de 12 de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

090 21

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0178866-3

COMARCA - Toritama – Vara Única
APELANTE - Romildo Aleixo da Silva
APELADO - Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA - Dr^a Maria Francisca de Mendonça Silva
DE JUSTIÇA
RELATOR - Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
REVISORA - Desa. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **ROMILDO ALEIXO DA SILVA**, qualificado às fls. 02, contra sentença que o condenou à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 70 (setenta) dias-multa, por infringir o artigo 157, §3^o, do Código Penal.

Em suas razões recursais o recorrente pugna pela improcedência da denúncia nos termos do art. 386, inciso V², do Código de Processo Penal e, subsidiariamente, pela desclassificação do crime de roubo para homicídio culposo ou homicídio simples, tendo em vista a confissão do acusado e as provas colhidas nos autos (fls. 232/252).

O Ministério Público de 1^o grau ofereceu contra-razões à apelação, rechaçando os fundamentos erigidos pela defesa, pugnando pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença de 1^o grau (fls. 283/287).

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

(...)

3^o Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

² Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

V – não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

091

O *parquet* de primeiro grau afirma na exordial que a morte se deu ante a recusa da vítima em dar R\$ 100,00 (cem) reais ao acusado, o que ficou demonstrado conforme os depoimentos abaixo transcritos.

JOSEFA MARIA DA SILVA, mãe da vítima, em juízo, informou (fls. 105/106):

"(...) que não presenciou o crime (...) que a informante ouviu uma voz no quarto da vítima dizer: 'e os cem reais?'; que, incontinenti, a informante ouviu um estampido de arma de fogo (...) que presenciou quando o acusado, aqui presente, saiu correndo de dentro do quarto da vítima (...) que o acusado costumava freqüentar a casa da informante; que o acusado era amigo da vítima (...) Que mais de uma vez a informante ouviu a vítima dizer na presença do acusado, que estava economizando um dinheiro para comprar uma moto; que a informante e seus familiares não sabem onde a vítima guardava esse dinheiro, porquanto após a morte desta não encontraram o dinheiro pertencente à vítima (...)".

Em juízo, a informante **GILIARIA MARIA DA SILVA**, irmã da vítima, disse (fls. 107):

"(...) QUE, no dia narrado na denúncia, por volta das 22h00, a declarante encontrava-se em casa, quando ali chegou o acusado aqui presente perguntando por Wellington, a vítima; QUE a informante respondeu e achava que Welington não se encontrava em casa; que o acusado permaneceu em frente à casa onde mora a informante; QUE a informante ouviu quando o acusado bateu na porta do quarto da vítima; que dita porta fica no lado de fora da casa; QUE a informante baixou o volume do televisor e saiu para a frente da casa; QUE lá ouviu Romildo dizer o seguinte para a vítima 'Liton, me dê os cem reais!'; QUE a informante ouviu quando a vítima respondeu que não tinha cem reais, porém apenas um trocado; QUE,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

092

imediatamente, a informante ouviu o estampido de disparo de arma de fogo vindo do interior do quarto da vítima; (...) que a informante chegou a presenciar a vítima dizer na presença do acusado que estava economizando dinheiro para comprar uma moto (...) QUE dois dias antes da morte da vítima, a informante presenciou na casa do irmão desta quando o acusado pediu emprestado à vítima a importância de duzentos reais, dizendo que se não tivesse os duzentos reais cem serviria (...) que não sabe dizer se o acusado matou a vítima por vingança por não ter conseguido o dinheiro ou se por inveja (...).

A testemunha **ALINE BATISTA DA SILVA**, perante a autoridade judiciária, afirmou (fls. 110):

“Que no dia em ocorreu o ato delituoso, por volta das 22h00, encontrava-se na casa de D. Josefa, mãe da vítima; que D. Josefa já estava dormindo; que a vítima também já havia se recolhido para dormir; QUE naquele momento a depoente, juntamente com Giliara, irmã da vítima, estavam assistindo televisão; QUE alguém bateu à porta, ocasião em que Giliara foi atender e, sem abrir a porta, Giliara olhou pela brecha e percebeu que era o acusado, o qual perguntou pela vítima; QUE Giliara respondeu que a vítima não se encontrava em casa; QUE o acusado não foi embora; QUE, em seguida, a depoente ouviu o acusado conversando com Wellington; QUE o acusado pediu R\$ 100,00 (cem reais) emprestados à vítima; QUE a depoente ouviu quando a vítima disse que não tinha dinheiro; QUE em seguida a depoente ouviu um estampido de disparo de arma de fogo vindo do quarto da vítima; QUE logo depois, Giliara abriu a porta e foi ver o que tinha acontecido, tendo a depoente a acompanhada; QUE assim que abriram, a depoente ainda viu o acusado fugindo numa bicicleta, mas já um pouco longe (...).”

Diante da prova emanada dos autos, restou demonstrado que o recorrente não tinha a intenção de subtrair o dinheiro da vítima –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

093

animus furandi –, tendo efetuado o disparo de arma de fogo contra a vítima ante a recusa, ou impossibilidade desta em lhe emprestar a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), o que afasta a incidência do tipo penal previsto no art. 157, § 3º, *in fine*, do Código Penal, melhor se afeiçoando à conduta típica prevista no art. 121, § 2º, incisos II e IV³, do Diploma Substantivo Penal.

O conjunto probatório não exclui a possibilidade de o delito ter sido cometido sob a égide das qualificadoras do motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, razão pela qual tais qualificadoras devem ser questionadas ao Conselho de Sentença.

Nesse sentido decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, *verbis*:

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO – QUALIFICADORAS – MOTIVO TORPE E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO – ELEMENTOS NOS AUTOS – IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO.

1. O motivo torpe em casos concretos pode aproximar-se do fútil e havendo informações tenham matado o ofendido que se recusou a dar-lhes dinheiro, vai mantido.

2. O recurso que dificultou a defesa do ofendido não é excluído quando existem informes de terem os réus perseguido a vítima desferindo-lhe disparos de arma de fogo, cabendo ao Júri a apreciação da qualificadora.

NEGADO PROVIMENTO.”

(TJRS, Recurso em Sentido Estrito nº 70017158056, Relatora Des^a. Elba Aparecida Nicolli Bastos, Segunda Câmara Criminal, julgado em 28/08/2007 e publicado no DJ de 22/11/2007).

³ Art. 121 - Matar alguém: (...)

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

II - por motivo fútil; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



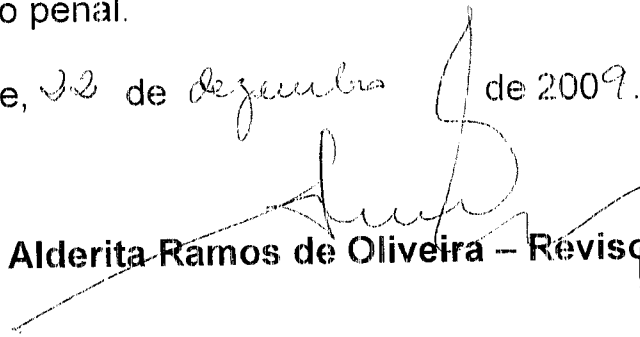
094

É o caso dos autos.

Isto posto, e em consonância com o parecer ministerial, dou parcial provimento ao recurso para desclassificar a conduta do acusado Romildo Aleixo da Silva (art. 157, § 3º, do CP), pronunciando-o nos termos do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Estatuto Punitivo, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Determino, ainda, que o recorrente aguarde o julgamento recolhido na prisão, tendo em vista que o mesmo permaneceu preso durante toda a ação penal.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Revisora